



ESTADO DE ALAGOAS  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

AS COMISSÕES

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE

Ofício nº 279/2015-GP

LIDO NO EXPEDIENTE  
EM 25/03/2015

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado LUIZ DANTAS**  
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual

Maceió, 23 de março de 2015.

**A PUBLICAÇÃO**

Em 25/03/2015

PRESIDENTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
Protocolo Geral de Entrada  
Processo nº 00588  
Maceió, AL 24/03/2015.  
Assinatura: [assinatura]

Assunto: **Remessa de Mensagem.**

Senhor Deputado-Presidente,

1. Cumprimentando-o, honra-me encaminhar a Vossa Excelência a mensagem que trata da Revisão dos Subsídios e Remuneração dos cargos efetivos do Tribunal de Contas de Estado de Alagoas, para apreciação por esse egrégio Poder Legislativo Estadual.
2. Anexo, também encaminho o correspondente Projeto de Lei, acompanhado de sua justificativa complementar, para os fins constitucionais de aprovação por Vossa Excelência e seus ilustres Pares.

Atenciosamente,

  
Conselheiro **OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS**  
Presidente

IC/rpov

RECEBIDO 24/03/2015  
Luiz Henrique S. Passos  
Setor de Protocolo/ALE



ESTADO DE ALAGOAS  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

MENSAGEM Nº 001/2015-TCE/AL

Senhor Deputado Presidente,  
Senhores Deputados,

Honra-me encaminhar a Vossas Excelências a presente Mensagem, que trata da revisão dos subsídios e remuneração dos cargos efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, com base no artigo 37, inciso X da Constituição Federal, tendo como referência a data base de 01/02/2015, estabelecida pelo artigo 16 da Lei Estadual nº 7.204/2010, alterado pelo artigo 1º da Lei Estadual nº 7.351/2012.

O acréscimo fixado é de 6,64% (seis vírgula sessenta e quatro por cento), incidente sobre a remuneração ou subsídio correspondente, terá vigor em fevereiro deste ano. Os meses anteriores à entrada em vigor da lei terão seus percentuais de revisão pagos em duas parcelas, sendo a primeira no próprio mês da vigência e a segunda, no mês subsequente.

A revisão em causa não contempla os Senhores Conselheiros, em razão dos parâmetros vencimentais definidos por comandos constitucionais, os Auditores, os Procuradores do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas e os ocupantes dos cargos de provimento em comissão, como também as funções gratificadas.

Maceió, 23 de março de 2015.

  
Conselheiro **OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS**  
Presidente



ESTADO DE ALAGOAS  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 23 /2015

**DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS  
SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÕES DOS  
CARGOS EFETIVOS DO TRIBUNAL DE  
CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE ALAGOAS, decreta:**

**Art. 1º** - Fica concedido aos servidores efetivos do Tribunal de Contas, a título de revisão geral prevista no art. 37, inciso X da Constituição Federal, concernente a data base de 01(primeiro) de fevereiro de 2015, estabelecida no art. 16 da Lei Estadual nº 7.204/2010, alterado pelo art. 1º da Lei Estadual nº 7.351/2012, o acréscimo de 6,64% (seis vírgula sessenta e quatro por cento), incidente sobre a remuneração ou subsídio correspondente.

**Parágrafo Único** – O pagamento do percentual estabelecido no artigo terá vigor em fevereiro deste ano.

**Parágrafo Segundo** – Os meses anteriores à entrada em vigor desta Lei terão seus percentuais de revisão pagos em duas parcelas, sendo a primeira no próprio mês da vigência e a segunda, no mês subsequente.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de recursos próprios consignados na Lei Orçamentária Anual - LOA.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



**ESTADO DE ALAGOAS  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**JUSTIFICATIVA**  
**MENSAGEM Nº 001/2015-TCE/AL**

A presente proposta de revisão de subsídios e remuneração dos cargos efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas obedece, rigorosamente, aos ditames constitucionais e legais, expressos no texto de Projeto de Lei ora encaminhado e na Mensagem que o complementa, endereçada aos ilustres Parlamentares que integram a Assembleia Legislativa Estadual.

Como motivo determinante, figura o dispositivo legal que fixa a data base em 01/02/2015, estabelecida na Lei Estadual nº 7.204/2010, posteriormente alterada pela Lei nº 7.351/2012.

Para fazer face às despesas dele decorrentes, serão utilizados os recursos próprios consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Convém registrar que o documento agora remetido para decretação, teve como preocupação o atendimento aos preceitos constitucionais que lhe são inerentes, bem como os infraconstitucionais, notadamente em relação aos direitos dos servidores por ele abrangidos.

Face ao exposto, o Projeto de Lei em causa, por se revestir de justiça, busca o pronto acolhimento e aprovação dos Excelentíssimos Senhores Deputados que integram o Poder Legislativo Estadual.